

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 792 - 18 de agosto a 1 de setembro de 2016



PROSSEGUE NO SENADO O GOLPE DO IMPEACHMENT

BRASÍLIA 9 DE AGOSTO



FORTALECER A CONSTRUÇÃO DA GREVE GERAL

AV. PAULISTA 16 DE AGOSTO, ATO DAS CENTRAIS

Partido

Mensagem de Dilma ao Senado e ao povo
pág. 4

Luta de Classe

Campanha salarial dos bancários
pág. 8

Lava Jato

Uma ajuda à ofensiva imperialista
pág. 10

México

Professores em greve há 90 dias
pág. 11

Golpista anuncia corte de 45% nas Universidades

Já em dificuldade, Federais serão desmontadas com tal medida

A situação é grave. O governo golpista descaradamente dispara em direção ao desmonte da educação pública atacando o seu financiamento. É possível fazer uma “lista do terror” com tantas medidas que vêm sendo propostas e aprovadas pelo usurpador do Planalto, com os golpistas no Congresso.

Essa semana foi anunciada a previsão de cortes de 45% dos recursos previstos para investimento das universidades federais em 2017, comparando com o investimento para este ano. O que significa que se neste ano foram investido cerca de 900 milhões para 63 federais, para o ano que vem, para a mesma quantidade de instituições terá o montante de 550 milhões.

Algumas universidades apontam que os cortes que foram aplicados já deixaram as contas no vermelho e põem em risco os programas e obras de assistência estudantil como diz o Rodrigo Bianchi, pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Federal de Ouro Preto.

No mesmo sentido vai a declaração de César Tibúrcio, decano de Orçamento e Planejamento que avalia ser necessária redução do ritmo das obras em curso.

Na UFABC desde 2015 há um processo de redução de despesas em todos



Golpistas Temer e Mendonça atacam o ensino público

os níveis para garantir que as contas pudessem ser pagas e a instituição continuasse funcionando. O orçamento decresce e o corpo discente aumenta e, conseqüentemente, as demandas.

Em matéria publicada no próprio site, a UFBA declara que “estamos à beira de uma crise”. O documento relaciona uma série de problemas que serão desencadeados caso os cortes de 45% sejam efetivados. Na relação, um ponto chama atenção “Corte de 2,7% em programas de assistência estudantil, que são essenciais”. Trata-se de um efeito direto na vida do estudante e que será sentido com muita veemência, pois 20% dos estudantes nesta universidade se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Esse corte de orçamento tão profundo impossibilita qualquer universidade de garantir um ensino, pesquisa e extensão de qualidade e abre as portas para que a autonomia universitária seja ferida.

A União Nacional dos Estudantes precisa cumprir o papel de organizar a resistência a esses ataques, organizar a base estudantil, em consonância com a proposta da CUT de construir a greve geral, por nenhum direito a menos. É por este caminho que poderemos defender o que conquistamos e derrubar o governo ilegítimo de Michel Temer.

Sarah Lindalva

FIM DE CONCURSO E BARREIRA À NOMEAÇÕES

O governo golpista tomou duas medidas contrárias à necessidade de contratação de pessoal nas universidades federais. A primeira, específica para o caso das instituições de ensino, foi um comunicado enviado às reitorias no final de julho na qual o MEC informa que as vagas para concurso público que ainda não tiverem o edital publicado até 31/08 não serão mais autorizadas. No caso, por exemplo, de universidades em expansão, foram criadas nos anos passados novas vagas (para implementar a expansão), mas não houve tempo para organizar os concursos de todas essas vagas.

Outro decreto que vale para o conjunto do funcionalismo se combina a essa decisão do MEC. De número 8821 e também do final de julho, o decreto determina que cada nomeação de professor ou funcionário, aprovado em concurso, precisa ser assinada pelo Ministro da Educação.

Lei da Mordaza contra o ensino

“Escola sem Partido” pretende cercear professores

“Escola Sem Partido” cerceia atuação dos professores e ameaça organização estudantil. Lei da Mordaza é a forma com a qual o movimento estudantil e dos professores está chamando um conjunto de projetos de lei que foram apresentados no Congresso Nacional, em pelos menos 19 assembleias legislativas estaduais e em diversas câmaras municipais de vereadores. Em Alagoas, está em vigor desde maio, com o nome de Programa Escola Livre.

“Doutrinação” é o termo preferido dos seus defensores. Nas palavras do coordenador da ONG Escola Sem Partido, Miguel Nagib, o objetivo é proibir “a doutrinação política e ideológica em sala de aula, e de outro, a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral e religiosa dos seus filhos”. Obviamente, na verdade o projeto vai cercear a atuação dos professores e rebaixar ainda mais o conteúdo ministrado na escola pública.

No Senado, o PLS 193/2016, de autoria do golpista Magno Malta (PR-ES), quer incluir o Programa Escola Sem Partido na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. O projeto de lei diz

se ancorar em princípios nobres como o “pluralismo de ideias no ambiente acadêmico” e a “liberdade de consciência e de crença”, mas seu conteúdo é todo o contrário disso.

Por exemplo, estabelece que o professor não poderá promover opinião ou concepções “ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”. Será que ao ensinar a Teoria da Evolução, um fato científico, o professor não vai ser acusado de promover opinião contra a crença cristã da criação? Isso tem tudo a ver com a tentativa de parlamentares da bancada evangélica de fazer com que a escola ensine o criacionismo, quando não há discussão séria sobre isso na comunidade científica.

Em um exemplo mais evidente, o que acontecerá com professores de história que ensinam a revolução russa; ou com professores de sociologia que ensinam Marx? Sobre o último questionamento, nem é preciso imaginar, já aconteceu: em Curitiba, uma professora da rede estadual foi afastada por ensinar conceitos de Marx, como parte do programa, que inclui outros autores como Weber e Durkheim (ver OT 790)

O Projeto deve atingir de forma ainda mais direta o Movimento Estudantil, pois o professor não poderá permitir a estudantes ou terceiros “incitar seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas”. Ou seja, atinge em cheio aquilo que é a principal tarefa dos grêmios estudantis! Assim, matam dois coelhos com um PL só: cerceiam o ensino e minam a capacidade de resistência da juventude.

Cortina de fumaça

A discussão em torno do Escola Sem Partido, a qual quer fazer crer que o ensino é deficiente graças a uma pretensa

parcialidade dos professores, disfarça a verdadeira raiz dos problemas da escola pública: a falta de investimento. Situação que só vai piorar com as medidas que estão sendo preparadas, como a entrega do Pré-sal às multinacionais. É por isso que a necessária batalha para derrotar a Lei da Mordaza deve ser feita junto com a luta contra os golpistas. É preciso explicar que aqueles que dizem defender a escola sem partido, são os mesmos que deixam a escola sem merenda; que querem a escola sem professor valorizado e a escola sem ensino de qualidade.

Priscilla Chandretti

“SEM PARTIDO”, COM VIOLÊNCIA

Estudantes de São Paulo que protestavam contra o programa foram duramente reprimidos pela PM, no dia 10 de agosto. Os manifestantes se concentravam de forma tranquila quando, sem qualquer motivo, os policiais começaram a deter jovens a esmo, inclusive adolescentes. Um vídeo dos Jornalistas Livres mostrou o momento em que começou a repressão: um PM pergunta a um estudante quem é o líder. A resposta “não tem líder” foi a justificativa, um pretense desacato. O gás e as agressões também rolaram soltos.

O golpe e a política do golpismo

O papagaio-mor do capital financeiro internacional, Fernando Henrique Cardoso, alertou a turma: “Não nos iludamos: estamos atravessando uma pinguela, a ponte é frágil. O que de melhor temos a fazer é fortalecer a pinguela, caso contrário caímos na água (!); e quem sabe, fortalecida, a pinguela se transforme mesmo em ponte para o futuro” (OESP, 7/8/16), referindo ao programa do golpe.

O dado concreto é que para “transformar a pinguela em ponte”, os golpistas terão que enfrentar a força ainda não testada da classe trabalhadora que, sofrendo um revés com o golpe, pode ainda servir-se de suas organizações para derrotá-lo, derrotando a política do golpismo, mesmo o golpe sendo votado e “aprovado” pelo Senado.

Aí reside o nó da questão.

A classe trabalhadora e a maioria do povo precisam ter a inequívoca disposição de suas organizações de defendê-los, defendendo suas conquistas.

Para isso é preciso buscar outro caminho, diferente da conciliação por 13 anos com interesses de classes, afinal, irreconciliáveis. O ápice foi o programa de ajuste fiscal aplicado em 2015 e 2016, que pavimentou a via em que o golpe prosperou.

Mas ilude-se, e ilude os que querem resistir, quem não quer abandonar a conciliação, seja agora nas eleições municipais, apresentando programas de privatização e parceria ou

mantendo alianças com partidos inimigos do povo, seja buscando reacomodar-se no regime golpista.

Romper com isso é o único caminho para evitar o desastre, ainda não consumado.

A jornada de luta do próximo dia 29, convocada pela Frente Brasil Popular, durante a

ABANDONAR A CONCILIAÇÃO E ORGANIZAR A RESISTÊNCIA À OFENSIVA IMPERIALISTA

votação no Senado, se inscreve, naturalmente, como um elo da resistência.

Nessa via, a construção da greve geral proposta pela CUT, é a tarefa maior a ser assumida por todos. Deve crescer o trabalho sistemático de discussão na base e de construção da unidade com todos que estejam dispostos a lutar por “nenhum direito a menos”.

Para os petistas, está colocada a reconstrução do PT, o qual deve “encarar a situação e se desenvolver na cabeça da resistência popular à dominação imperialista e às oligarquias subordinadas”, como diz o Manifesto do Diálogo e Ação Petista.

--

O golpe do impeachment sem crime de responsabilidade, como era de esperar nas atuais condições, avança e não será surpresa

se prevalecer no Senado. Pela simples razão de que foi urdido nas entranhas das instituições apodrecidas e ligadas aos interesses da ordem que subjuga a nação ao interesse do imperialismo.

Essas instituições não foram realmente tocadas nos 13 anos de conciliação. E hoje estão decididas a ir até o fim, a usar tudo que for preciso – votações compradas, “operações judiciais” fraudulentas, como a Lava Jato e, inclusive, repressão. Nenhuma dúvida sobre isso.

Mas mesmo amplamente majoritários no Congresso, protegidos por promotores, juízes e polícia, incensados pela mídia, terão os golpistas a força para derrotar os trabalhadores e entregar o prometido aos seus patrões? A Previdência, os direitos trabalhistas, os serviços públicos e as riquezas nacionais, não apenas o petróleo, mas também o minério e as terras ao capital especulativo internacional? Terão a força para reduzir o Brasil a uma grande base de operação imperialista contra alguns governos vizinhos, como tentam agora com a Venezuela?

Esta história ainda não está escrita.

Ampliar e aprofundar a resistência construindo a greve geral e reconstruir o PT, como um partido dos trabalhadores, esse é o caminho para detonar a “pinguela golpista”.

Fora Temer, nenhum direito a menos!

UM JORNAL NA LUTA CONTRA O GOLPE PELO FORA TEMER EM DEFESA DOS DIREITOS

Faça sua assinatura e contribua com um jornal que luta contra o golpe, pela defesa dos direitos e das organizações dos trabalhadores. Um jornal que depende da sua contribuição trabalhador, trabalhadora, jovem que compra sua assinatura.

Assine e receba quinzenalmente seu exemplar!



ASSINE PELA PÁGINA NA INTERNET OU PEÇA PARA UM COLABORADOR DO JORNAL

www.otrabalho.org.br/category/produtos/

Memória

COM AJUDA DO PMDB, DITADURA TENTA FRAUDAR VOTO

A cada momento, a cada iniciativa que a ditadura decide com relação às eleições, se confirma a disposição do regime em preparar uma grande fraude eleitoral em 15 de novembro. Primeiro com a reforma partidária que, ao lado de outras leis como a LSN [Lei de Segurança Nacional], restringe a liberdade de organização. Depois os pacotes, bloqueando ainda mais o caminho à livre manifestação popular. (...) É verdade que ela não está sozinha. Seja omitindo as restrições que existem nestas eleições, seja se envolvendo no festival de corrupção que antecede o 15 de novembro, partidos como o PMDB se mostram cúmplices na preparação da fraude, cobrindo e participando das tramas de Figueiredo.

O Trabalho nº165 – 19/8/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

A carta que Dilma apresentou

A conciliação é impossível e confunde

A presidente eleita divulgou uma “mensagem ao senado e ao povo”, defendendo-se do “impeachment sem crime de responsabilidade, um golpe de estado”. Na solenidade, cercou-se de petistas, os ex-ministros Berzoini, Wagner e Mercadante (do CNB), Rosseto (da DS) e Menecucci.

Somos incondicionais na defesa do mandato do 2o turno de 2014, que está sendo guilhotinado pelo golpe judiciário e parlamentar, articulado pela classe dominante e apoiado pela mídia.

Mas não somos, por isso, com toda a consideração, obrigados a concordar com tudo o que diz a presidente, antes e agora nesta carta.

Há três meses, a Executiva do PT lhe pediu uma carta de compromissos com o povo (voltar para fazer o que), e havia motivos: era uma necessidade para a CUT, o MST, a CMP e outras organizações mobilizarem o povo contra o golpe.

Mas o que só saiu agora, se dirige aos senadores pedindo o voto e não ao povo, a quem não convoca. Com o conteúdo desta carta, nem poderia!

Dilma propõe um “Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social (que) permitirá a pacificação do País. O desarmamento dos espíritos e o arrefecimento das paixões”. Ela exorta “as forças produtivas, empresários e trabalhadores, participar de forma ativa na construção de propostas para a retomada do crescimento e para a elevação da competitividade de nossa economia”. Oferecendo um único “compromisso”: “darei meu apoio irrestrito à convocação de um Plebiscito, com o objetivo de consultar a população sobre a realização antecipada de eleições, bem como sobre a reforma política e eleitoral”.

Pacto, competitividade e plebiscito

Dilma perdeu a oportunidade do balanço da insistência governamental (e de parte do sindicalismo) na cola-



Palácio do Alvorada, 16 de agosto: Dilma lê a carta, ao fundo Ricardo Berzoini e Miguel Rosseto

boração de classes - “empresários e trabalhadores”, em nome da “competitividade” - fator que levou a situação social atual: centenas de bilhões em isenções e subsídios aos patrões que, quando quiseram, desempregaram 12 milhões, enquanto o Estado acumulou um gigantesco déficit fiscal!

Que diferença deste, com aquele outro “pacto” que, apesar de contradições, Dilma ofereceu em junho de 2013: apontou a um Plebiscito para uma Constituinte Exclusiva para a reforma política, e sinalizou algumas reivindicações concretas, como o programa “Mais Médicos”.

Aqui, em agosto de 2016, a reforma política foi castrada: ela cita apenas a “fragmentação partidária” (cláusula de barreira), a fidelidade partidária e a “moralização” (?) do financiamento eleitoral, o que parece um acordo com a reforma de partidos golpistas.

E não há reivindicação popular concreta. Escrever que “o lema persistirá sendo ‘nenhum direito a menos’” merece contestação, o povo não merece ser enganado de novo: “o lema persistirá”... desde quando, desde 2015, com as MPs 664 e 665 de redução de

direitos sociais? Ou desde 2016, com a lei anti-terror reduzindo direitos democráticos?

Pior é falar de “pacificação do país” quando estão vendendo o pré-sal, ou de “desarmar os espíritos” e “arrefecer as paixões” com a “reforma da previdência” pela frente.

Desorientação

O tom ultra-conciliador da carta de Dilma, a esta altura, revelaria desorientação.

Todos sabem que não será correspondido pelos nossos adversários.

Todos sabem que não há sequer um setor importante da classe dominante e dos políticos profissionais, hoje, disposto ao acordo em torno de um plebiscito de antecipação das eleições presidenciais.

Tinha razão o presidente do PT, Rui Falcão, ao dizer que Dilma defender o plebiscito “será um golpe contra ela e contra os 54 milhões de eleitores que votaram nela”, e um “artifício para tentar enganar quem não vai ser enganado” (4/8/16).

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), antes cantado pelo

PCdoB, Requião e outros, como um mediador no impeachment, descartou de pronto o plebiscito.

Para os interesses do povo trabalhador, não há essa hipótese de “acordo” nem outra alternativa: a luta continua contra o golpe e o golpismo. A presidente Dilma refletirá sobre o efeito da carta, que certamente não ajudará a mobilização popular, e escolherá seu lugar.

Para o PT, que tem lideranças concernidas nas escolhas feitas, é um ponto importante da discussão em curso de balanço dos 13 anos, marcados por uma conciliação, ao final, impossível. O PT precisa ser reconstruído.

Markus Sokol

Candidato do PT em BH defende PPP

Não se combate o golpe sem combater a política do golpismo

Na Associação Comercial e Empresarial de Minas, o deputado e candidato do PT à prefeitura de Belo Horizonte, Reginaldo Lopes, defendeu a Pareceria Público-Privada (PPP) para a expansão do metrô.

É o contrário do que se discutiu com ele na reunião com sindicalistas, em final de julho, onde se destacou a reversão das PPPs generalizadas no serviço público pelo atual prefeito Marcio Lacerda (PSB).

Os metroviários, em particular, lutam há décadas contra a privatização ou concessão do metrô. Por isso, a presidente do sindicato, Alda Lúcia, naquela reunião, chamou o candidato do PT a não seguir a política das concessões. “Como é possível, depois do golpe, do anúncio indiscriminado de privatizações pelo governo golpista, um candidato do PT defender PPP?”, pergunta agora Alda. E continua, “perdeu a chance de atacar o governo golpista e mostrar a diferença entre um partido que propõe defender os trabalhadores e os demais partidos”.

De fato, Reginaldo expôs sua intenção de fazer um governo “ouvindo a população e o setor empresarial”, como se o país não estivesse sob um governo golpista que tem a meta implantar o ajuste fiscal. É por isso, talvez, que adotou as PPPs, um dos pontos do programa do ajuste.

Mas, como combater o golpe, sem combater a política do golpe, como o ajuste e as PPPs?

Começou a campanha eleitoral

Fora Temer e defesa dos direitos são bandeiras da defesa do PT

A campanha começa em meio a crise, como se viu no primeiro dia. Da sanha antipetista dos reacionários (PSDB, PMDB etc.), aos lemas “anti-corrupção” dos santos de pau-oco (Erundina, Rede etc.).

É a primeira eleição após a proibição do financiamento empresarial. Restringido o “mercado” eleitoral, caíram à metade os candidatos a prefeito no “negócio” - de 15 mil em 2012 para 8.600 em 2016!

O PT também reduziu 40% mas bem menos (11%) nas grandes cidades

(mais de 150 mil eleitores) e até cresce na capitais, de 17 para 20 candidatos.

A imprensa explora o “isolamento do PT”. Mas se busca distancia de apoio a golpistas e até o lugar perdido no “aliancismo”. Sem ilusão, pois em várias cidades há golpistas nas chapas.

A batalha será dura.

Afinal, alguém acredita que as grandes empresas não vão dar um jeito de apoiar os candidatos preferidos? Ou que a nova regra de doação individual do candidato, favorece os ricos e grandes proprietários?

Eleição é terreno de luta de classes. A corrente O Trabalho se engaja na campanha do PT de norte a sul:

Fora Temer, nenhuma aliança com golpistas no 1º e 2º turnos, levantando as reivindicações do povo do município contra o programa do golpe, o ajuste fiscal. E defesa do PT, explicando a perseguição pelo sistema político corrupto que é preciso reformar por uma Constituinte.

João Alfredo Luna

Sumara Ribeiro

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



PELA RECONSTRUÇÃO DO PT!

Diálogo e Ação Petista
lança manifesto dia 19 de agosto

O lançamento nacional do Manifesto pela “Reconstrução do PT-Chega de conciliação!” do Diálogo e Ação Petista, pretende ser um momento de reflexão, balanço da política seguida pelo partido nos últimos 13 anos e perspectivas de ação, num momento de extrema gravidade, onde os direitos e as organizações dos trabalhadores são atacados de todos os lados.

O ato de lançamento foi preparado por reuniões nos estados e nas principais cidades. Houve mais de 300 adesões ao Manifesto, nas reuniões ou pela internet, de militantes de diferentes posições políticas, mas que se unem em torno de um objetivo: trazer o PT de volta para os trabalhadores, com uma política de combate ao imperialismo e suas instituições, em defesa dos direitos sociais, das organizações operárias e

populares e da soberania nacional.

Até setembro, buscaremos atingir 1.200 adesões. Para isso, é necessário que o Manifesto seja debatido em todas as instâncias e atividades do PT.

Estão confirmados para o lançamento oficial do Manifesto João Felício, ex-presidente da CUT; Luiz Eduardo Greenhalgh, fundador do PT; Sidnei Pita, coordenador da União Nacional por Moradia Popular; e Markus Sokol, do Diretório Nacional do PT e do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista. A atividade acontece na sede nacional do PT em São Paulo, às 19 horas. O lançamento terá transmissão ao vivo: www.petista.org.br. Os grupos de base do Diálogo e Ação Petista poderão assistí-lo, coletivamente, a exemplo do que decidiram os companheiros do grupo de Cavaleiro, na cidade Jaboatão (PE), reportado ao lado.

MANIFESTO (TRECHOS) SUBMETIDO À DISCUSSÃO

- O golpe criou uma situação de emergência nacional para o povo brasileiro.
- O golpe também expôs as contradições dos 13 anos de governo de conciliação que levou a essa derrota. Os petistas, muitos trabalhadores e amplos setores populares se perguntam: como chegamos a isso?
- A solução está nos compromissos históricos no terreno da defesa do PT, atacado de todos os lados.
- Nós não pretendemos ser os donos da verdade. Mas não fugimos da discussão.
- Nós reivindicamos as modestas e importantes conquistas do povo no último período, emprego e salário, os programas sociais e o novo marco regulatório do Pré-sal.
- A cúpula do PT preferiu adaptar-se às instituições submetidas ao capital financeiro, à ditadura do superávit primário e à “política de alianças” com inimigos dos trabalhadores.
- A Constituinte era e é o meio de superar as instituições corruptas, inclusive o Judiciário, para avançarmos com reformas populares.
- O Judiciário, não questionado desde a Ação Penal 470 (“mensalão”), se revelou o principal instrumento do golpe.
- O PT perdeu nos grandes centros em 2014, especialmente no “cinturão vermelho”, em São Paulo.
- É necessário rearmar o PT com uma plataforma de emergência, liberta das contradições de 13 anos.
- *Fora Temer, Nenhum Direito a Menos*, esta é a questão central.

bia. Nenhuma privatização, petróleo 100% estatal, reestatização da Vale.

- Reindustrialização e proteção comercial.
- Reforma agrária, titulação das terras quilombolas e demarcação das terras indígenas.
- Reforma urbana.
- Não à reforma da previdência.
- Fim das OS’s, verbas públicas apenas para o serviço público.
- Vagas para todos nas universidades públicas.
- Desmilitarização da polícia, revogação da lei de anistia e punição dos criminosos.
- Defesa dos direitos das mulheres, como direito ao aborto.
- Contra toda forma de discriminação e opressão.

- Na campanha eleitoral municipal, nenhum acordo com golpistas no 1º e no 2º turnos.
- Defendemos alianças, sim, mas com PCdoB e PSOL, além dos setores populares de partidos como do PDT e PSB.
- O PT deve ter uma plataforma de medidas populares (...) de transporte, de saúde, de educação, de moradia, de creches, de política para os servidores.
- Fim do PED, modelo decalcado das instituições do sistema político corrupto ao qual o PT se adaptou, fator de degeneração do partido.

Um partido de massas não tem de ser um partido de massa de manobra!

Convidamos todos os petistas, grupos e tendências, dispostos a, sobre essa base, se associar desde o princípio à uma discussão livre que desemboque numa tese completa no Encontro Extraordinário.

Leia o “Manifesto pela Reconstrução do PT”:

<https://petista.org.br/manifesto-pela-reconstrucao-do-pt/>

Assine o Manifesto e faça parte conosco da chapa ao Encontro Nacional do PT (9, 10 e 11 de dezembro): <https://goo.gl/Q7iAaz>

Neste momento, a CUT discute um movimento de greve geral. O PT deve se engajar nesse movimento.

- O *Fora Temer* deve significar também a ruptura com as políticas dos governos federais de “acordo nacional com o PMDB” para o verdadeira plataforma popular:
- Fim do superávit fiscal primário, derubada dos juros e centralização cam-

DAP DE JABOATÃO NA LUTA CONTRA O GOLPE



O DAP de Jaboatão presente no ato do dia 9 em Recife

O Grupo de Base do Diálogo e Ação Petista (DAP) de Cavaleiro (Jaboatão-PE) reuniu-se no último dia 6 de agosto, com a presença de 10 militantes, para discutir a seguinte pauta: 1. Adesões ao Manifesto Pela Reconstrução do PT; 2. Eleições Municipais; 3. Participação no Ato dia 9 no Recife; 4. Finanças (cafezinho).

Na oportunidade, recolhida cerca de uma dezena de adesões ao Manifesto, ficou decidido intensificar o trabalho com o Manifesto, considerando a boa receptividade e a busca dos petistas por informações sobre o ENPT-Extra.

Na discussão sobre as Eleições Municipais em Jaboatão, onde o PT, numa

aliança com o PSOL, tem candidatura própria (Inaldo, metalúrgico), foram apresentadas as candidaturas a vereador de Irani Elias (professora e ex-diretora do SINPROJA (Sindicato dos Professores de Jaboatão) e de Mizaél Alves (servidor público federal), ambos integrantes do Grupo do DAP de Cavaleiro.

Foi discutida também a continuidade da luta, tendo Irani sido categórica na defesa da greve geral para derrotar o golpe, afirmando que “a CUT construiu a ideia de greve geral, que precisa ser discutida nas assembleias dos sindicatos. Mas existem nos sindicatos grupos que não querem a greve geral. O PCdoB e setores da própria CUT vêm criando obstáculos à construção da greve geral”.

A reunião concluiu, após o recolhimento de 30 reais (cafezinho) entre os presentes, com os seguintes encaminhamentos: concentração a partir das 15 horas, na Praça do Derby, em Recife, para participação, junto com outros grupos do DAP e Comitês do Ato Público do Dia 9 de agosto e a realização de uma Plenária do Manifesto do DAP (apresentação e discussão), em Jaboatão, na sede do SINPROJA no dia 19/08, às 19 horas, quando será assistido pelos presentes o Ato de Lançamento Nacional do Manifesto, em São Paulo, diretamente da sede do PT Nacional.

“Pagar a quem financiou o golpe”

Dirigente petroleiro denuncia o projeto entreguista do golpista Serra

No último dia 9, representantes de sindicatos de petroleiros e de movimentos populares, ocuparam a Câmara federal em protesto à detenção de dois dirigentes sindicais Cláudio Nunes, do Sindipetro-NF (Sindicato Unificado dos Petroleiros do Norte Fluminense), e de Gustavo Marsaioli, do Sindipetro-SP, pela polícia militar do Distrito Federal. As prisões foram feitas durante um Ato contra o PL 257 (renegociação das dívidas dos estados), que estabelece teto de gasto e ataca os serviços e servidores públicos (ver pag. 10).

Os petroleiros também protestavam contra o Projeto de Lei 4.567/16, que retira da Petrobrás a exclusividade da exploração do Pré-sal. Este projeto, de autoria do golpista José Serra (PSDB), foi aprovado no Senado e agora tramita na Câmara. O PL também acaba com a obrigação da estatal entrar com ao menos 30% dos investimentos em todos os consórcios de exploração da camada.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT), tem mobilizado contra o projeto de Serra e seu coordenador, José Maria Rangel, que participou da discussão do PL na Comissão Geral da Câmara, destaca, “o mundo inteiro freou investimentos em petróleo. Os países estão, sim, atrás de reservas, mas com barril a US\$ 50 ninguém quer investir nada porque o mercado passa por um momento de baixa. Vender qualquer coisa agora é entregar a preço de banana”.



Petroleiros ocupam Câmara Federal, contra prisão de sindicalistas

Segundo Rangel, a pressa dos golpistas, nada tem a ver com a suposta quebra da Petrobras, a razão é outra: “A dívida é compatível com o patrimônio que a empresa tem e facilmente sanável. A celeridade dos golpistas é para fazer o pagamento a quem financiou o golpe. Basta lembrar dos documentos que o ex-consultor da CIA (Agência Central de Inteligência dos EUA), Edward Snowden, revelou para o mundo sobre a atuação do José Serra como lobista da Chevron”. (site da CUT)

Um relatório da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) divulgado nesse mês mostra o que está em jogo.

Segundo a Opep, a previsão para a produção de petróleo no Brasil para esse ano subiu para 3,11 milhões de barris/dia, uma elevação de 10 mil barris diários de petróleo. Já para 2017, a previsão é de um aumento de 260 mil barris diários, crescimento que significará quase o dobro do Canadá, o segundo do ranking.

O PL Serra, pretende entregar às multinacionais petrolíferas essa riqueza, atacando a soberania nacional e retirando os recursos do Pré-Sal que seriam destinados à educação e saúde, segundo o regime de partilha adotado durante o segundo mandato de Lula.

Nilton de Martins

“DEPREDAÇÃO DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO”

A Petrobras anunciou a venda de Carcará, área do Pré-sal localizada em águas profundas da Bacia de Santos. A estatal norueguesa Statoil desembolsaria US\$ 2 por cada barril. Na cotação mínima de 11/8 o barril custava US\$ 45.

A Federação Brasileira dos Geólogos vai recorrer à Justiça para tentar reverter o que chamam de “depredação do patrimônio dos brasileiros”. O presidente da Federação, João César de Freitas, disse que pela experiência de geólogos e especialistas que já trabalharam em Carcará, pode ter mais petróleo do que o anunciado.

A venda faz parte da estratégia do programa de venda de ativos da Petrobras depois que Pedro Parente, nomeado por Temer, assumiu a presidência da companhia. É a primeira negociação envolvendo reservas do Pré-sal, que poderá causar prejuízo, só em Carcará, de até R\$ 40 bilhões.

Repressão não abafa o “Fora Temer”!

Comitê Olímpico tentou proibir manifestação, mas não conseguiu



Em todos os eventos da Olimpíada, desde a passagem da tocha pelas cidades, passando pela abertura e durante os jogos, ocorrem manifestações pelo Fora Temer! A decisão do Comitê Rio 2016 de proibir manifestações levou um trabalhador voluntário a abandonar a Olimpíada.

Como na ditadura militar, as forças policiais agem com violência, rasgando cartazes, tirando dos estádios aqueles que se manifestam e até abrindo caminho para passagem da tocha com bombas de gás como ocorreu em Duque de Caxias (RJ).

Mesmo assim os protestos continu-

am o que obrigou a justiça federal do RJ, a pedido do Ministério Público Federal (MPF), liberar as manifestações. O pedido do MPF foi feito com base na denúncia feita à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Rio de Janeiro contra a União, o Estado do RJ e o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos. A decisão determina que o Comitê Rio-2016 se abstenha “imediatamente de reprimir manifestações pacíficas de cunho político nos locais oficiais, de retirar do recinto as pessoas que estejam se manifestando pacificamente nesses espaços, seja por cartazes, camisetas ou outro meio lícito

permitido durante os jogos olímpicos e paraolímpicos.”

O Comitê não se comprometeu a cumprir a decisão, prometeu tolerar vaias e cantos com teor político, o que levou o diretor de comunicação da Rio-2016 declarar que “se isso não fosse aceito, metade do Maracanã teria sido esvaziado”, se referindo à vaia recebida por Temer na abertura dos jogos. Não conseguiram esvaziar o Maracanã, mas onde pôde, como no caso da competição de tiro com arco, expulsaram das arquibancadas um grupo de torcedores que gritavam contra Temer. O Comitê recorreu da

decisão de liberar as manifestações, mas o recurso foi recusado.

Pelas próprias regras do Comitê “é ressaltado o direito constitucional ao livre exercício de manifestação e à plena liberdade de expressão em defesa da dignidade da pessoa humana”, que só pode ser garantida com emprego, transporte, moradia, acesso à saúde e à educação com direitos trabalhistas e sociais. E como Temer veio para atacar as condições de vida e de trabalho, o povo trabalhador vai continuar se manifestando durante e depois da olimpíada em defesa dos seus direitos.

Barrar o ataque aos direitos exige preparar a greve geral

Responsabilidade maior da CUT, cuja direção reúne-se em 18 e 19 de agosto

Em 16 de agosto ocorreram atos das centrais sindicais em várias capitais, a maior parte deles unitários, no Dia Nacional de Mobilização e Luta por Emprego e Garantia de Direitos.

O maior deles foi em Campo Grande (MS), com uma passeata de 20 mil pessoas (segundo a PM), com protagonismo da CUT e presença da CTB e Força Sindical. Em Florianópolis (3 mil), Maceió, Porto Alegre, Belém (CUT e CTB), Recife e outras capitais, os atos foram diante de federações da indústria (patronais) e nas falas dos dirigentes – os da CUT em particular, mas não só – se fez a ligação entre os ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários com o golpe em curso no país, não faltando o “Fora Temer” em adesivos, camisetas, faixas e gritos.

Em São Paulo, diante do prédio da Fiesp na Avenida Paulista, concentraram-se 3 mil manifestantes de todas as centrais (exceto a minúscula CSB). Na fala dos seus representantes, alguns limitaram-se a saudar a “unidade das centrais” e denunciar os ataques aos direitos (UGT, Força), outros apontaram a necessidade da greve geral ou de “parar o país”.

Sérgio Nobre, da CUT, falou que “estamos dando um recado para o setor empresarial e o governo: que não mexam nos nossos direitos...cada tra-

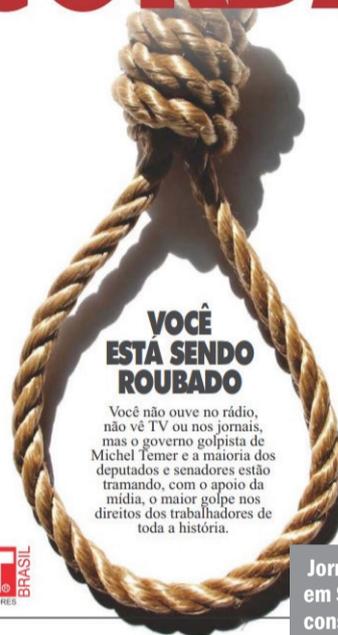
balhador de cada uma das centrais tem motivos para fazer a greve geral”.

Passar das palavras às ações

É o que se espera da reunião da Direção Nacional da CUT de 18 e 19 de agosto. Às vésperas do desfecho do impeachment de Dilma, a reunião deve concentrar-se em derrotar o governo golpista através da luta de classe, vale dizer, a partir da organização nas bases da resposta necessária ao ataque em regra promovido por Temer, a serviço dos interesses do capital, aos direitos trabalhistas (“negociado sobre o legislado”), à Previdência, aos serviços públicos e salários dos servidores (PL 257, PEC 241 -ver pag.10), e na entrega do Pré-sal às multinacionais.

Resposta que é a greve geral, que se trata de preparar nas bases, através de

ACORDA!!!



VOCÊ ESTÁ SENDO ROUBADO
Você não ouve no rádio, não vê TV ou nos jornais, mas o governo golpista de Michel Temer e a maioria dos deputados e senadores estão tramando, com o apoio da mídia, o maior golpe nos direitos dos trabalhadores de toda a história.

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Jornal da CUT no 16/08 em São Paulo: “É preciso construir uma greve geral forte.”

assembleias e consultas (ver abaixo nesta página) e com o engajamento de todos os sindicalistas nessa batalha, sem hesitação. Afinal, a cada dia que passa, a ofensiva patronal de destruição de empregos e direitos se intensifica, como se vê na atitude da Mercedes de

São Bernardo de demitir 2.500 operários de forma unilateral.

Categorias importantes têm campanha salarial neste segundo semestre – bancários, químicos, petroleiros, metalúrgicos etc -, o que cria um clima de mobilização que ajuda na preparação da greve geral. Mas, para tanto, é preciso coordenar ações conjuntas e inserir a discussão da greve geral nessas campanhas, tarefa que é da CUT, de seus ramos e das CUTs estaduais.

No processo de “esquenta” da greve geral, a DN da CUT poderia propor às demais centrais um Dia nacional de paralisações, atrasando a entrada nas fábricas e demais locais de trabalho, por exemplo, no mês de setembro. Unidade de ação que, repetimos (ver OT 791), exige uma intervenção da CUT com “cara própria”, sem rebaixar o seu discurso a um consenso com os pelegos (como Paulinho da Força) e sem condicionar a deflagração da greve geral ao acordo unânime das cúpulas das demais centrais.

Essa é a responsabilidade maior da CUT no momento difícil que atravessamos.

Julio Turra

Consultas mostram disposição para greve geral

Dois exemplos nas bases que podem e devem ser seguidos

Em 4 e 5 de agosto, respondendo à proposta da CUT de construir a greve geral, foi realizada uma enquete no Hospital das Clínicas de São Paulo dirigida aos funcionários.

A iniciativa foi do Sindicato dos Trabalhadores na Saúde (Sindsaúde), Sindicato dos Psicólogos e teve a participação de Juliana Salles, da Executiva nacional da CUT e diretora do Sindicato dos Médicos (Simesp), além de contar com o apoio do Comitê contra o golpe na Paulista e Quarteirão da Saúde. Os trabalhadores foram consultados nos seguintes termos:

“O governo golpista de Michel Temer, juntamente com esse congresso cuja maioria é de corruptos, quer acabar com uma série de direitos e conquistas dos trabalhadores:

- aumento da idade mínima para aposentadoria;
- os direitos trabalhistas estarão ameaçados (13º salário, férias, licença maternidade, horas extras, etc.);
- aumento da jornada de trabalho;
- congelamento do orçamento público por 20 anos;
- proposta de aumento para 30% na DRU;



Sindsaúde-CUT publica resultado da consulta sobre greve geral

- ampliação das terceirizações;
- fim dos aumentos reais no salário mínimo
- privatizações em geral;
- entrega das riquezas do pré sal;

Você está disposto (a) a participar de uma GREVE GERAL contra a perda de direitos? ”

Houve expressiva participação dos funcionários, com 510 votantes, e o

resultado foi de 87% dizendo sim à participação na greve geral.

Renata Scaquetti, diretora do Sindsaúde, disse sobre a atividade: “Foi importantíssima, pois possibilitou o diálogo com a população sobre um assunto que terá grande impacto negativo sobre a classe trabalhadora, mas que não está sendo devidamente abordado pela grande imprensa, que apoia essas medidas. Percebemos que muitas pessoas não fazem ideia do que está por vir. Também pudemos saber como pensam os trabalhadores e usuários do SUS, e o resultado foi excelente! Foi uma experiência muito boa e que pode ser levada para outros locais de trabalho.”

Consultas e assembleias na Bahia

O Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa do Estado da Bahia (Sindpec-CUT) resolveu, seguindo orientação da CUT, consultar suas bases no processo de preparação da greve geral. Além de instalar uma urna na sede do sindicato, foram realizadas consultas em assembleia e votações em urna em locais de trabalho.

O Sindpec distribuiu um boletim, onde explica os ataques que estão sendo preparados pelo governo golpista de Temer, e o risco das medidas serem implementadas se não houver luta. A maioria da diretoria se engajou na batalha. Em todas as urnas e assembleias o resultado foi a vitória, por larga margem, da necessidade da greve geral.

Assim, na Qualitex, terceirizados na Petrobras, 100% favoráveis; na Brasitest, também terceirizados na Petrobras, o sim obteve 89%. O resultado mais apertado foi entre os trabalhadores da Maternidade Climério de Oliveira, onde 61% votaram a favor da greve geral.

A urna fixa na sede do sindicato coletou 204 votos, 93% favoráveis à greve. Os trabalhadores estão compreendendo a urgência da luta em defesa dos direitos contra o governo golpista. O resultado geral até aqui, na base do Sindpec é de 90,93% favoráveis à greve geral. A consulta continua.

Correspondentes

“A saída é fazer aquilo que sabemos fazer bem, a greve”

Em defesa das reivindicações e dos bancos públicos, bancários estão em campanha salarial



Valdir Malanias

A campanha salarial dos bancários ocorre, junto a outras categorias, no momento em que a CUT propõe a greve geral, “nenhum direito a menos”. O Trabalho ouviu Valdir Malanias, funcionário do Banco do Brasil, é delegado sindical do Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC/BB.

O Trabalho – Qual a pauta da campanha salarial de 2016?

Valdir Malanias – A pauta dos bancários, normalmente se apresenta de duas formas. A geral, que integra todo o sistema financeiro, com a discussão de reajustes salariais e ampliações de benefícios e a específica para os bancos públicos, que integra além dessa discussão, elementos particulares da carreira pública.

A renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) tem por data-base

o dia 1º de setembro. Na pauta deste ano exigimos o aumento real de 5% acima da inflação (totalizando 14,78% de reposição este ano), PLR de três salários, e aumentos nos Vales refeição e alimentação, no auxílio creche e 14º salário. Planos de cargos e salários e, o principal, fim das demissões e terceirizações.

OT - A categoria está animada para a campanha?

VM - No SAC/BB, por exemplo, por conta das manifestações e mobilizações contra o governo golpista que se instalou em Brasília, se organizou uma consulta entre os funcionários para saber se os funcionários estavam dispostos a novas mobilizações e paralisações e a grande maioria registrou seu apoio às paralisações, o que a meu ver demonstra entre a categoria o sentimento de disposição à luta.

OT - A CUT propõe a unificação das campanhas neste período, isso ajuda a enfrentar a situação?

VM - A nossa campanha não pode ficar isolada, pois a luta pelo emprego, contra a terceirização e contra a entrega das nossas empresas públicas, está no centro dos duros ataques pretendidos pelo governo ilegítimo de Temer.

Somente uma greve geral, no meu entendimento, vai conseguir impedir

a perda de direitos, duramente conquistados.

OT - Sobre a greve geral, como os bancários poderão contribuir para construí-la?

VM - Penso que, não apenas para os bancários, mas para todos os trabalhadores brasileiros, somente com uma ampla mobilização e organização de uma grande greve geral seremos capazes de frear os ataques pretendidos pelo governo golpista. A saída é fazermos aquilo que sabemos fazer bem, e

fazemos todos os anos em campanhas salariais – uma grande greve, que integre muitas categorias, pois os ataques não farão distinção entre nós.

Se os patrões – banqueiros para os bancários - falam em ampliar as jornadas, fazer com que trabalhemos até a beira da morte, em venda de patrimônio público, nós respondemos greve geral. Os bancários devem trabalhar para construir a unidade em torno da CUT e da ideia de se construir uma grande greve geral para defender nossos direitos.

Demissões em Joinville (SC)

Maior fábrica têxtil da cidade ameaça demitir 20% dos seus empregados

Os trabalhadores da fábrica Dohler, empresa que emprega cerca de 3000 funcionários, estão apreensivos. Há cerca de dois meses a empresa anunciou que vai cortar 20% dos postos de trabalho. Desde o anúncio, cerca de 300 trabalhadores já foram colocados na rua.

Os trabalhadores sentem-se desprotegidos, pois a “direção do nosso sindicato não move uma linha para frear as demissões”, disse um funcionário da fábrica.

O Sindicato dos trabalhadores da indústria de fiação, malharia, tinturaria, tecelagem e assemelhados de Joinville (Sinditex-UGT), cujo maior contingente da base está na Dohler, assiste impassível as demissões, nada faz para freá-las e proteger os empregos.

A empresa argumenta que as demissões são necessárias, “questão de sobrevivência”. Sobrevivência dos lucros do patrão, falta acrescentar.

Pretextando a queda na venda, com a crise, eles querem manter seus lucros e os trabalhadores que paguem a conta!

“Correm boatos que as demissões pararam, por enquanto, porque a empresa está passando por um processo de auditoria, mas elas podem ser retomadas. A direção de nosso sindicato, se realmente lutasse pela categoria, deveria estar aqui na porta da fábrica. Alertar os trabalhadores, convocar assembleias, e organizar uma resposta. Nós não podemos ficar parados, esperando que o facão nos atinja. O que é preciso é parar a produção, só assim os patrões vão recuar. E deveria chamar também, para a luta, os que já foram demitidos. Isso é que o sindicato deveria fazer”, disse um trabalhador que não quis se identificar, com medo de represálias.

Correspondente

Com greve, professores garantem direitos

Em Guarulhos (SP), mobilização impõe recuo da prefeitura

Após 16 dias de greve, os professores de Guarulhos (SP) fizeram valer a Lei do Piso e voltaram a receber pela jornada estendida. O prefeito Sebastião Almeida (PT), havia suspenso o pagamento por decreto, alegando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ele também deixou de pagar as gratificações e de equiparar os salários entre professores da educação infantil e educação básica, direitos que já haviam sido conquistados pela categoria.

Com a greve, o decreto foi revogado e os professores passarão também, imediatamente, a receber o mesmo salário. As gratificações serão pagas em 12 vezes a partir de novembro, quando também será negociado o retroativo da jornada estendida devido desde fevereiro.

A direção do sindicato dos servidores (Força Sindical) procurava fazer da greve um movimento contra o

PT, visando às eleições municipais. No início da greve, por exemplo, quando um professor chamou na assembleia “Fora Temer”, não foi “bem recebido”.

Durante a mobilização, setores petistas do comando de greve cobravam do prefeito, na mesa de negociação, o compromisso com os princípios de fundação do PT que não pode permitir que a LRF se sobreponha aos direitos já conquistados pela categoria.

Na assembleia que aprovou o fim da greve, uma professora do comando foi muito aplaudida quando chamou a categoria a se unir ao movimento por Fora Temer, destacando que um dos objetivos do golpista é acabar com a Lei do Piso, que chegou a colocar em questão numa declaração que fez em maio desse ano.

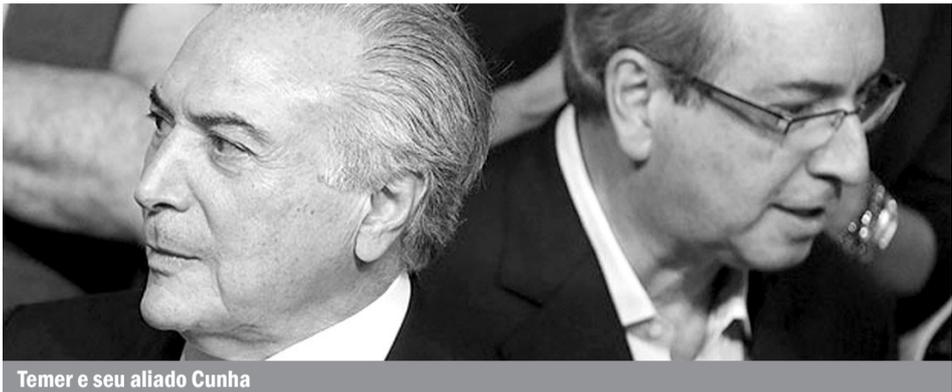
Correspondente



No fechamento dessa edição prosseguia a greve dos funcionários da BR Distribuidora, subsidiária de combustíveis da Petrobras, iniciada em 15 de agosto. Segundo Ligia Arneiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Rio de Janeiro (Sintramico-CUT), no primeiro dia a greve teve adesão nos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Sergipe, Amazonas, parte de São Paulo e Rio de Janeiro. Novos estados iriam se incorporar, como Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte. A greve, prevista para cinco dias, é contra a decisão de vender parte relevante da subsidiária, com o objetivo de arrecadar recursos.

“Sinal de fraqueza”

Impacientes, porta vozes do mercado duvidam da força de Temer



Temer e seu aliado Cunha

“Em termos de ajuste fiscal, até o momento, Temer só decepcionou” concluiu um artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo (11/08), intitulado “Sinal de fraqueza” e que reflete uma certa temeridade de que o golpista Temer seja capaz de entregar a encomenda.

Tamanha é a brutalidade das medidas que embalaram o golpe, agora teme-se que os golpistas não tenham força para impô-las.

Diz o artigo “No primeiro teste de restrição de gastos para o futuro, Temer fraquejou, retirando a cláusula de proibição de reajustes salariais a servidores estaduais por dois anos do projeto de lei aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados”, para perguntar-se depois que garantia pode ser dada –

leia-se, ao capital financeiro – de que a reforma da Previdência será feita e na justa medida exigida. Pois é, concretizado o golpe, concretizar seu programa são outros quinhentos.

Mesmo tendo o Congresso Nacional atulhado de comparsas, desde que usurpou a cadeira da presidência, Temer tem dito e desdito, tem feito e desfeito. Não porque não saiba onde quer chegar, mas porque, governo ilegítimo que é, tem que acomodar interesses das corjas que apoiam o golpe. O que inclui acertos com a ala Eduardo Cunha para poupar ou postergar a cassação do mandato, cuja votação foi jogada para 12 de setembro.

Mas, a principal fraqueza desse governo, vem de outro lugar. Vêm da resistência que terá que enfrentar

a cada passo que pretenda dar na entrega da encomenda.

Fernando Rodrigues, em seu blog escreve que Temer, para explicar suas idas e vindas, diz que está em fase de transição e “cita sempre que os aumentos de salários do funcionalismo estavam acertados há muito tempo, desde o governo de Dilma Rousseff. Se simplesmente tivesse rejeitado as propostas, hoje estaria enfrentando uma Esplanada dos Ministérios conflagrada, cheia de carros de som protestando contra o Planalto e servidores em greve”.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, Temer, como quem espera que a efetivação no cargo lhe dê a força que não tem, afirma que vai mandar a reforma da Previdência, reconhece que haverá resistência e diz: “vai ser uma luta feroz. Quando você me pergunta o que ocorrerá depois do impeachment, essa será uma das batalhas.” Uma batalha que os trabalhadores podem vencer!

Misa Boito

PERDEU DE LAVADA!

Na Lasa (Latin American Studies Association), maior comunidade acadêmica dos Estados Unidos dedicada a estudos sobre a América Latina, os golpistas perderam de lavada. Uma nota sobre o Brasil foi submetida à votação de seus membros. Diz a nota: “A forma arbitrária na qual o processo de impeachment está sendo realizado contra a presidenta Dilma Rousseff constitui um atentado contra a democracia brasileira (...) A Lasa denuncia o atual processo de impeachment no Brasil como antidemocrático e encoraja seus membros a chamar a atenção do mundo para os precedentes perigosos que o impeachment estabelece para toda a região”.

A nota foi aprovada por 87% dos votantes (2263) e recebeu 326 votos contrários. (fonte Brasil 247)

Ministro de Temer ataca saúde pública

Planos de saúde popular para beneficiar setor privado

O ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP), além de declarações desastrosas e depois dizer que não disse bem aquilo, quer atacar a saúde pública.

A última declaração foi que homens vão menos no médico pois trabalham mais que as mulheres! Segundo o IBGE, as mulheres trabalham quatro horas a mais por semana, somando o tempo que dedicam às atividades domésticas. E uma pesquisa do Ministério da Saúde aponta que menos de 3% dos homens alegam o problema de horário de funcionamento das unidades para não comparecer às consultas.

Mas, firme no objetivo de diminuir o Sistema Único de Saúde (SUS), o ministro quer abrir para iniciativa privada “planos populares”. Para isso criou um grupo de trabalho para elaborar um Plano de Saúde com caráter popular (portaria 1.482 de 04/08/16).

As manifestações contrárias vêm de todos os lados. Da CUT, dos sindicatos, dos movimentos de saúde e até do IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor) e ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva). A denúncia é que isso vai privilegiar o

setor privado, que hoje já movimentava R\$ 125 bilhões por ano, e se beneficia de renúncia fiscal.

A CUT reafirma que “sempre lutou pela garantia de serviços públicos gratuitos e de qualidade, não medirá esforços para defender o SUS e repudia a criação do grupo de trabalho para a criação e implementação do Plano de Saúde Acessível, por entender que a criação de um plano popular de saúde juntamente com a redução e desvinculação do financiamento público, inviabiliza o SUS e o acesso à saúde enquanto direito universal conforme inscrito na Constituição Federal” (site da CUT).

Até o Conselho Federal de Medicina (CFM) feroz combatente do Programa Mais Médicos do Governo Dilma, critica: “a venda de ‘planos populares’ apenas beneficiará os empresários da saúde suplementar” diz o (CFM).

O ministro é um agente direto das empresas de medicina de grupo que financiaram sua campanha a Deputado em 2014.

João B. Gomes

Tentaram poupar o golpista, mas não deu

Na Olimpíada, com magra presença de governos e vaías, os terceirizados são super explorados

As imagens da abertura da Rio 2016 lembram o velho ditado: “por fora bela viola, por dentro, pão bolorento”.

A abertura oficial foi uma das mais desprestigiadas dos jogos recentes, com a presença de apenas 18 chefes de Estado (na última, em Londres, haviam 90). O golpista Temer não recebeu manifestações de prestígio internacional como esperava. Mas, é importante registrar, que quem manda mesmo, e mais se beneficia com o golpe, os EUA, mandou o Secretário de Estado, John Kerry, para brindar com o governo golpista.

O discurso de Temer, menos de 10 segundos, foi abafado por vaías do Maracanã. Os narradores do evento, inclusive, suprimiram o nome do golpista nos anúncios, tentando evitar vaías

Condições de trabalho

Enquanto segue a Olimpíada, sabe-se que estrutura de alimentação e limpeza do evento possui mais de 6500 trabalhadores terceirizados, sofrendo em condições de trabalho praticamente criminosas.

O próprio Ministério Público do Trabalho iniciou uma onda de autuações

para as empresas que estão operando nos jogos olímpicos.

Uma trabalhadora explicava que para se alimentar em uma jornada de trabalho de 11h30 recebiam “uma garrafa de Coca-Cola e um lanche por dia”.

Além disso, os trabalhadores sequer tinham local apropriado para fazer suas refeições e não podiam sentar-se nas mesas destinadas aos clientes dos jogos.

Segundo a imprensa, havia trabalhadores que ultrapassavam turnos de 12 horas. E a empresa se recusa a reconhecer horas extras. E nos locais de trabalho, não existem bancos para descanso dos funcionários, mesmo com essas jornadas, e a inexistência de transporte para eles, faz com que muitos precisem andar uma hora para chegar nos locais de trabalho. Os terceirizados não podem usar o transporte para jornalistas e voluntários.

E não é de hoje, pois a empresa oficial que gere a mão de obra da Rio 2016 já havia passado por problemas iguais na Copa do Mundo em 2014.

Alexandre Linares

Congresso Nacional avança os ataques

No Senado e Câmara, golpistas votam contra o povo e a nação

No dia 9 de agosto, enquanto o Senado referendava o relatório do processo do Impeachment que torna Dilma ré, a Câmara aprovou numa batelada várias medidas de Temer/Meirelles que atacam os direitos dos trabalhadores e da nação.

O plenário da Câmara aprovou relatório do PLP (projeto de lei) 257 que, ao aceitar renegociação das dívidas dos estados, impõe aos mesmos um limite de gastos. Contrariando a exigência de Meirelles/Temer, contudo, o acordo dos deputados (preocupados com as eleições) acabou por retirar do texto a obrigatoriedade dos estados usarem, como instrumento de tal limite, o congelamento do reajuste salarial dos servidores por dois anos e o arrocho do funcionalismo. Retirou também o mecanismo que poderia congelar o salário mínimo caso o limite de gastos não fosse respeitado.

Vale notar que, ironia, o PLP 257 foi originalmente apresentado por Barbosa, ministro de Dilma, talvez porque ela nutrisse a ilusão de que, ao aprofundar o ajuste fiscal, agradaria “os mercados” e evitaria o golpe. De fato, o ajuste -- iniciado em 2014 -- só aprofundou a recessão e o desemprego, enfraquecendo Dilma ao distanciá-la dos trabalhadores, a base social que a elegeu. À época, a própria bancada do PT (apoiada



Por 59 a 21, Senado decide que Dilma deve ser julgada

pelos sindicatos) decidiu votar contra o PLP, caso não fossem retiradas todas as medidas de arrocho ao funcionalismo e ao salário mínimo. Em abril, às vésperas da fatídica votação do impeachment, o governo Dilma finalmente disse aceitar retirar tais medidas. Um pouco tarde...

O limite de gastos aos estados imposto com a aprovação do PLP257 é em qualquer caso um ataque aos serviços públicos. Ainda que, por ter sido dele retirado o congelamento de salários, o projeto acabou não agradando tanto os analistas do “mercado” financeiro, que avaliam que, por

isso, tal limite correrá sério risco de não funcionar (OESP, 11/08).

Congelamento de gasto para pagar juros

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) da Câmara aprovou a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 241, de Meirelles. Ela congela (em termos reais) os gastos sociais por 20 anos e acaba com o investimento obrigatório vinculado às receitas (impostos) na Saúde e Educação públicas, conforme prevê a Constituição. Tudo isso para garantir o pagamento de juros da dívida

aos banqueiros e especuladores. A PEC 241 tem por objetivo garantir nas próximas décadas altos e permanentes superávits fiscais, ou seja, gastos públicos primários (gastos com tudo, excluindo pagamento de juros) menores que a arrecadação com impostos, de modo a sempre sobrar o bastante para pagar juros.

No mesmo dia 9 a Câmara debateu a projeto do ministro golpista José Serra (PL4567) que encerra a obrigatoriedade da Petrobras agir como única operadora de todos os blocos de exploração do petróleo do Pré-sal. A atual lei (aprovada no governo Lula em 2010) passou a obrigar a participação da Petrobras com 30% de qualquer bloco contratado. Se o projeto – já aprovado no Senado – passar na Câmara, o governo pode permitir, quando quiser, que multinacionais tenham total controle dos blocos de exploração.

As medidas que vem sendo aprovadas a rodo no Congresso não são surpresa. O que esperar dessa imensa maioria de parlamentares corruptos, eleitos por meio de campanhas bilionárias, financiadas por multinacionais, banqueiros, grandes empresários e igrejas? Só uma Assembleia Constituinte para fazer uma Reforma Política pode resolver a situação.

Alberto Handfas

Lava Jato ajuda ofensiva imperialista

“Trégua” nas ações cinematográficas e as prisões espetaculares, se mantém o alvo de criminalizar o PT

Após o afastamento da presidente legítima, Dilma Rousseff, as ações cinematográficas da Operação Lava Jato e as prisões espetaculares refluíram. Desde então, o que há são denúncias seletivas, novas ou requeentadas, contra o PT.

Os procuradores da República, o juiz Sérgio Moro e os delegados nem disfarçam muito. Quando a defesa de Lula questionou a competência de Moro, juiz de primeira instância de Curitiba, para apreciar supostas irregularidades em um sítio em Atibaia e em um apartamento no Guarujá, ambos situados no Estado de São Paulo, o Ministério Público Federal divulgou um documento de 70 páginas (!) para defender que o juiz do Paraná pode julgar Lula.

Depois que a defesa de Lula comunicou ao Comitê Internacional de Direitos Humanos da ONU a ocorrência de abuso de poder por parte de Moro e dos procuradores que atuam na Lava Jato, a Polícia Federal intimou Marisa Letícia e

Fábio Luís Lula da Silva, mulher e filho de Lula, respectivamente, para depor.

Quando os intimados anunciaram que ficariam em silêncio no depoimento, por não terem nada a acrescentar ao caso, o delegado da Lava Jato Márcio Anselmo (um dos policiais da operação que, nas eleições de 2014, atacou o PT e Lula nas redes sociais) divulgou nota classificando a atitude de “lamentável” e invocou como argumento para a intimação uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que não tinha nada a ver com o caso.

Provas ilícitas

Nada disso é muito espantoso quando se sabe das opiniões dos protagonistas da Lava Jato sobre garantias individuais e métodos de investigação policial. No início de agosto, em audiência na Câmara dos Deputados que discutia medidas de combate à corrupção, Moro defendeu que provas obtidas de forma ilícita possam ser utilizadas

em processos judiciais, se tiverem sido coletadas “de boa fé” pelos policiais. Segundo ele, isso vem “da jurisprudência norte-americana”. Alguém se deu ao trabalho de contar quantas vezes o juiz se referiu aos Estados Unidos e aos estadunidenses em sua fala – foram 38.

Não é coincidência o fato de a Lava Jato centrar fogo nas empreiteiras e, particularmente na Odebrecht, empresa gigantesca que concorre diretamente com as empreiteiras estadunidenses. Ou de os ataques à Petrobras, a partir da operação, buscarem abrir caminho para a entrega do Pré-sal brasileiro a multinacionais do petróleo, em particular as estadunidenses.

Moro tem como modelo os EUA, e sua atividade favorece os interesses do imperialismo estadunidense, mas não respondeu à indagação do deputado Paulo Pimenta (PT-RS) naquela audiência: o que aconteceria, nos EUA, se um juiz de primeira instância gravasse conversa telefônica entre o presidente e

um ex-presidente do país? É o que ele fez, com Dilma e Lula, no Brasil.

Toda a operação é conduzida a partir de um objetivo: criminalizar o PT. As iniciativas buscam seguir esse roteiro, sem se desviar dele.

Dirigentes da Odebrecht revelaram uma doação, em 2010, de R\$ 23 milhões (que hoje seriam R\$ 54,5 milhões) a José Serra, depositados em contas no exterior? Não interessa.

A mesma Odebrecht entregou R\$ 10 milhões, em dinheiro vivo, a Michel Temer – que admitiu o recebimento e ainda disse que foram na verdade R\$ 11,3 milhões? Também não interessa.

No dia 12, porém, Moro aceitou a denúncia contra o ex-tesoureiro do PT Paulo Ferreira e outras 13 pessoas, que viraram réus em mais um processo que atinge a Petrobras. Isso, sim, interessa a eles.

Cláudio Soares

México: 90 dias da greve dos professores

Prosegue forte a luta pela revogação da contrarreforma educacional

A greve dos professores mexicanos impôs recuos parciais ao governo. No dia 1º de agosto, numa negociação com a Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) o Ministério do Interior aceitou libertar sindicalistas presos (embora não os dois principais dirigentes) e pagar dois meses de salários que estavam bloqueados.

No principal, o governo continua inflexível. Quer implantar a lei da contrarreforma, em particular, a “avaliação de desempenho” que os professores chamam de avaliação-demissão, pois retira a estabilidade.

A única perspectiva que está aberta é a possibilidade de suspender a aplicação dessa lei, a partir de uma reunião que os professores terão com uma comissão de deputados, após o fim do recesso parlamentar, em setembro.

Enquanto isso continuam os bloqueios de estradas e prédios públicos nos quatro estados mais mobilizados (sudeste do país). Na capital, Cidade do México, ocorre pelo menos uma manifestação por semana e, acompanhados por pais de alunos, os professores mantêm um acampamento em frente ao Ministério do Interior no qual se revezam delegações de todas as partes do país.

Associações patronais ameaçam

Um elemento novo no conflito é a intervenção de associações patronais que pressionam o governo para endurecer com os grevistas. A



Confederação Nacional de Câmaras Industriais-Concamin ameaça paralisar investimentos da ordem de 2,5 milhões de dólares em virtude de prejuízos decorrentes do bloqueio de estradas, sobretudo no Sudeste, acrescentando que “os protestos dos professores fazem os empresários perderem o interesse de investir nas zonas econômicas especiais” (criadas no início de 2016 onde vigoram salários mais baixos e isenção de impostos).

Já os patrões da “Mexicanos Primeiro”, interessados na privatização das escolas públicas, acusaram o governo de praticar “politicagem por ter feito acordos obscuros com a CNTE”. Dizem que “isso é uma debilidade pois a mensagem que está passando é que vale a pena delinquir, ocupe estradas e aeroportos porque, assim, vamos logo te receber com tapete vermelho

e vais conseguir o que quiseres”.

Em Oaxaca, a Confederação Patronal da República Mexicana (Coparmex) recorreu à justiça contra o que considera omissão dos governos federal e estadual no enfrentamento às manifestações e bloqueios que a CNTE vem realizando.

Em resumo, as associações patronais, unânimes, entraram em movimento para atacar os professores e para

exigir que o governo use mão forte para acabar com o conflito.

A crise política é tal que deputados dos três principais partidos institucionais, PRI, PAN, PRD (a direita e a “esquerda”), partidos que votaram a favor da contrarreforma educacional, se viram obrigados a pedir publicamente ao governo que não ceda à pressão dos empresários e não use a força contra os grevistas. Eles sabem que o uso da força para deter os professores pode provocar uma explosão social de dimensão ainda maiores.

A discussão nas instâncias da CNTE

Nas instâncias de direção da CNTE há aqueles que pensam que o ritmo atual da mobilização vai levar à vitória, criando ilusões na massa de professores. Na manifestação mais recente surgiu até mesmo a palavra de ordem “a reforma já caiu, já caiu”, que nada tem a

ver com a realidade da negociação feita com o governo.

Mas também há outros que sublinham que, apesar das conquistas parciais (pagamento dos salários, libertação dos primeiros presos) o governo não cedeu no principal que é a revogação da contrarreforma. Segundo esse ponto de vista, a CNTE deveria se dirigir amplamente a todas as organizações sindicais, sociais e políticas para realizar uma ação nacional unitária pela revogação da contrarreforma educacional e a avaliação-demissão. Também propõem ampliar e aprofundar nacionalmente a mobilização do magistério para o que consideram que é necessário organizar um Congresso nacional da CNTE, com delegados eleitos em assembleias de base.

Correspondente

Militante do Moleghaf é assassinado no Haiti

Davichen Siméon, vítima da ocupação do país pela Minustah

Na tarde de sábado, 13 de março, um jovem militante de 23 anos foi assassinado em Porto Príncipe por um grupo de homens armados.

A razão do assassinato foi a recusa de Davichen de apoiar politicamente um projeto de construção e reforma de moradias que uma agência da ONU pretendia implantar em seu bairro.

Como se sabe, no Haiti sob ocupação, os “projetos” de ONGs e instituições externas são frequentemente implantados com a ajuda de jagunços que intimidam a população.

Davichen era militante do Moleghaf (Movimento de Liberdade e Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade), organização que participa ativamente da luta pela retirada das tropas da Minustah do Haiti, para que os haitianos recuperem sua soberania.

O Moleghaf está lançando um apelo a todas as organizações sindicais, populares, personalidades democráticas, a todos os partidos políticos que tem compromisso com a democracia para que tomem posição de repúdio ao assassinato e para que se somem à pressão para exigir das autoridades haitianas a apuração e punição dos mandantes e assassinos de Davichen.

Correspondente

Correa reafirma posição contra o golpe no Brasil

Presidente do Equador chama impeachment de piada

O presidente equatoriano Rafael Correa, em entrevista feita em Quito, ao jornal Valor Econômico, chamou de “piada” o impeachment contra Dilma: “O processo contra Dilma é uma piada. Ela é acusada de coisas que tanto [Fernando Henrique] Cardoso como Lula fizeram, e que eram permitidas. Então foram proibidas pelo Tribunal de Contas, e a julgam retroativamente. Isso é a ditadura da maioria no Congresso, é absolutamente inconstitucional”. Na mesma entrevista, Correa criticou a postura do governo golpista do Brasil que tenta impedir que a Venezuela assuma a presidência do Mercosul (ver pag. 12).

O Equador é membro associado do Mercosul. Perguntado sobre a posição do Brasil, Paraguai e Argentina, que não aceitam a presidência venezuelana, Correa diz: “Você pode gostar ou não do governo venezuelano, mas a Presidência rotativa cabe à Venezuela, se é por ordem alfabética. É preciso cumprir as regras do jogo (...), mas, como alguns são contra o governo venezuelano, não aceitam isso.” (Valor Econômico, 11/08)

Logo depois da votação no Senado em 12 de maio, pela admissibilidade do pedido de impeachment, o governo equatoriano chamou de volta seu embaixador no Brasil e em comunicado afirma “profunda preocupação diante da ameaça de uma grave

alteração da ordem constitucional, de profundas consequências para o conjunto da região, o Equador apela à plena vigência de preservação das instituições democráticas e os valores que a sustentam”. No comunicado, reconhece Dilma como “legítima depositária do mandato popular expresso nas últimas eleições democráticas e contra a qual não pesa, até o momento, uma única acusação que a vincule à prática de um crime.”

Com a admissibilidade do impeachment, também os governos do Uruguai, Chile, Bolívia, El Salvador, Nicarágua e Venezuela, declararam não reconhecer Temer como presidente.

Uruguai denuncia Serra por “compra de voto” no Mercosul

Objetivo do golpista é impedir que a Venezuela presida o bloco

O chanceler uruguaio Rodolfo Nin Novoa, acusou o governo brasileiro de querer “comprar o voto do Uruguai” para impedir a presidência temporária da Venezuela no Mercosul, em troca de futuros acordos comerciais. E o fez publicamente, diante da Comissão de Assuntos Internacionais dos deputados em 10 de agosto.

Atitude que “incomodou muito” o presidente Tabaré Vázquez, que, segundo Nin Novoa, “disse claramente que o Uruguai vai cumprir a regra e vai proceder à troca da presidência do Mercosul”, agregando que seu país vai estar presente nas reuniões do bloco quando “a Venezuela, que é a legítima ocupante da presidência temporária, a convoque.”

Com efeito, o governo uruguaio decidiu não participar de reuniões convocadas sobre esse tema pelos governos da Argentina, Brasil e Paraguai, por ocasião da abertura dos Jogos

Olimpícos no Rio.

O presidente da comissão parlamentar que ouviu o chanceler Nin Novoa, o deputado Roberto Chiazzaro, condenou o comportamento “lamentável” de José Serra de “vir chantagear o Uruguai”.

Em igual sentido se posicionou a Mesa Política da Frente Ampla (direção da formação política do presidente Vázquez), que reafirmou “o compromisso irrestrito” com os espaços de integração regional e suas regras.

“Tríplice aliança” pró-EUA

Assim, os governos pró-imperialistas da Argentina, Brasil e Paraguai (este também fruto de um golpe institucional que derrubou o presidente eleito Lugo), que Nicolás Maduro chamou de a “Tríplice Aliança” (referência à aliança que esmagou o povo paraguaio no século 19, a serviço do imperialismo britânico), atropelando todas as



Serra vai com FHC ao Uruguai tentar comprar Tabaré, e depois recebe Kerry no Brasil

regras do bloco, insistem em impedir que a Venezuela assumira a presidência do Mercosul.

No início de agosto, Serra enviou uma carta ao bloco dizendo que a presidência está vaga, sugerindo que o Mercosul seja conduzido por um “conselho informal”. Seu argumento é que a Venezuela não preenche requisitos com relação a normas jurídicas do bloco. Argumento escandaloso vindo de

alguém que ocupa o posto de ministro das relações exteriores de um governo que não foi eleito pelo povo e é fruto de um golpe institucional!

Na verdade Serra, o mesmo podemos dizer de Macri, presidente da Argentina, e Cartes, presidente do Paraguai, se comportam como sabujos do governo dos EUA empenhado em isolar a Venezuela e, em acordo com a oposição direita (MUD) no país, derrubar Maduro.

Se prova faltasse, no dia seguinte da carta ao bloco declarando que o Brasil (isto é, o governo Temer) considera vaga a presidência do Mercosul, José Serra reuniu-se com John Kerry, secretário de Estado dos EUA. Serra estava ao lado de Kerry, no Brasil, por ocasião da abertura da Olimpíada, quando este fez um pronunciamento à imprensa no qual “elogiou os esforços do Brasil na luta contra a corrupção”, por um lado, e por outro, defendeu a realização do referendo revogatório do mandato de Maduro na Venezuela como “uma questão humanitária”.

Para quem possa ter alguma dúvida, basta lembrar das “guerras humanitárias” promovidas pelo imperialismo dos EUA nos quatro cantos do planeta para que a “ficha caia”. Em defesa da soberania dos povos, fora o imperialismo dos países da América Latina!

“Arco Mineiro” divide chavismo na Venezuela

Maduro anunciou acordos de investimentos de 20 bilhões de dólares

Em nome da diminuição da dependência do país do “rentismo petrolífero” (com efeito, a produção e exportação de petróleo é o que garante divisas para o país financiar importações de todo o tipo), o presidente Nicolás Maduro anunciou que irá firmar contratos com empresas da China, Índia, Canadá, África do Sul e países da União Europeia para explorar jazidas minerais na região do Orinoco.

O chamado “Arco Mineiro do Orinoco” (no estado Bolívar), segundo o governo, teria reservas de 7 mil toneladas de ouro, além de outros minérios (nióbio, cobre etc), e sua exploração seria em parceria com o capital privado, numa aposta de que se constituiria num veículo para impulsionar o investimento nacional e internacional para diversificar a economia do país.

Maduro justifica os acordos afirmando que 60% dos dividendos e lucros que virão do Arco Mineiro serão para construir moradias, para a educação pública, cultura e esportes. Mas há uma forte polémica na esquerda venezuelana sobre o tema.



Acordos lesivos

O setor conhecido como “Chavismo crítico”, constituído por lideranças historicamente ligadas ao chavismo e ex-ministros do próprio Hugo Chávez agrupados na “Plataforma em defesa da Constituição”, critica abertamente os acordos como lesivos aos interesses da nação.

Com relação ao acordo já firmado com a canadense Gold Reserve, se denuncia que o país deve entregar à multinacional 1 bilhão de dólares até 31 de dezembro para que seja constituída a empresa mista. Isso, nas condições de profunda crise económica que vive

o país, onde não há divisas suficientes para garantir a importação de alimentos e remédios.

O decreto do “Arco Mineiro” entra em contradição, segundo seus críticos, com outro decreto de Maduro que obrigaria o ouro a ser vendido exclusivamente ao Banco Central da Venezuela.

Outras vezes críticas se levantam, de comunidades indígenas até especialistas em mineração, afirmando que a entrega dos recursos minerais do Orinoco à exploração de multinacionais, ainda que no regime de empresas mistas, contraria a política “anti neo-liberal” traçada por Hugo Chávez.

Correspondente

Lauro Fagundes

Assine **O TRABALHO**

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232